

**HABEAS CORPUS Nº 638.750 - MT (2021/0002040-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ÉRICO RICARDO DA SILVEIRA - MT018118B  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
**PACIENTE** : FIRMINO CESAR DA SILVA CARVALHO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

**DECISÃO**

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FIRMINO CESAR DA SILVA CARVALHO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO.

Foi decretada a prisão preventiva do paciente em 24/9/2018, pela prática, em tese, da conduta tipificada no art. 121, § 2º, I, III, IV e VI, c/c § 2º-A, I do Código Penal.

A impetrante sustenta que a decisão que autoriza a realização parcial da sessão do Tribunal do Júri por meio de videoconferência, em 14/01/2021, é genérica e inidônea.

Requer, liminarmente, que seja garantida a presença do réu na audiência ou a suspensão da sessão de julgamento até o final deste *habeas corpus*. No mérito, pugna pela confirmação da liminar para que seja realizada a sessão de julgamento com a participação presencial do paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO

# Superior Tribunal de Justiça

DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível habeas corpus contra indeferimento de pedido de liminar em outro writ, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210, ambos do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente